



Assembleia Municipal de Vila Real	
Data:	18/04/2018
N.º 216	Proc.º n.º
Resp. of. n.º	

## CERTIDÃO

*Lucas - fct*

----- DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. -----

----- CERTIFICO, que da ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16/04/2018, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:-----

-----ASSUNTO: - Prorrogação do prazo de vigência da Suspensão dos Planos de Pormenor do Centro Histórico, da Antiga Zona Industrial, do Parque de Tourinhas e da Vila Velha, e respetivas Medidas Preventivas -----

– Presente à reunião informação dos Serviços de Planeamento e Mobilidade do seguinte teor:

### “1) Introdução

No seguimento da deliberação da reunião da Câmara Municipal de 21 de março de 2016, foi iniciada a elaboração do Plano de Urbanização da cidade de Vila Real (PUCVR), procedimento publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 70 de 11 de abril de 2016, através do Aviso n.º 4812/2016. Na sequência desta deliberação, foi desencadeado o procedimento com vista ao estabelecimento de medidas preventivas para as áreas dos Planos de Pormenor da Vila Velha (UOPG1), do centro Histórico da Cidade (UOPG2), da Antiga Zona Industrial (UOPG 4) e do Parque de Tourinhas (UOPG 5), com a consequente suspensão dos mesmos, nos termos do artigo 134º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

A suspensão dos planos e as respetivas medidas preventivas foram publicadas em Diário da República, 2ª série, n.º 95 de 17 de maio através do Aviso n.º 6218/2016 para o PP do Centro histórico e publicada em diário da república, 2ª série, n.º 97 de 19 de maio através do Aviso n.º 6357/2016 para o PP da Antiga Zona Industrial, Aviso n.º 6358/2016 para o PP do Parque de Tourinhas e Aviso n.º 6359/2016 para o PP da Vila Velha.

Decorridos praticamente dois anos após o início do procedimento de elaboração do PUCVR e dada a complexidade do tecido urbano da cidade de Vila Real, a inovação e o detalhe que é necessário imprimir a este tipo de instrumento do território, acrescentando ainda a premente compatibilização deste Plano com diversos estudos também a decorrer, nomeadamente o Estudo de Tráfego e de Estacionamento, o PUCVR

*António*



demorou mais tempo que o previsto, tornando assim necessária a prorrogação da suspensão dos Planos de Pormenor acima identificados.

## **2) Enquadramento Legal**

Tendo sido fixado o prazo de suspensão dos Planos de Pormenor em dois anos, a contar da data da publicação em Diário da República, de acordo com o n.º 1 do artigo 141.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), é necessário prorrogar o prazo de vigência da suspensão dos referidos Planos de Pormenor e das respetivas medidas preventivas, por forma a finalizar a elaboração da proposta do PUCVR, que se encontra ainda a decorrer.

Para a prorrogação da suspensão dos Planos de Pormenores e das respetivas medidas preventivas deve, de acordo com o n.º 7 do artigo 141.º do RJIGT, ser solicitado o devido parecer à CCDRN, que o deve emitir no prazo de 10 dias.

O prazo fixado para esta prorrogação, também estabelecido no n.º 1 do artigo 141.º do RJIGT, deverá ter a duração de um ano a contar da data de publicação em Diário da República.

A publicação em D.R., estabelecida no artigo 191.º, n.º 4, alínea h) do RJIGT, deve fazer referência aos procedimentos a prorrogar, ao prazo de prorrogação e anexar a deliberação da Assembleia Municipal.

## **3) Conclusão**

Em face do exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal a aprovação da prorrogação da suspensão dos Planos de Pormenor da Vila Velha (UOPG1), do centro Histórico da Cidade (UOPG2), da Antiga Zona Industrial (UOPG 4) e do Parque de Tourinhas (UOPG 5), fixada pelo prazo de um ano a contar da data da publicação em D.R”.

**O Chefe dos Serviços de Planeamento e Mobilidade** emitiu o seguinte parecer:

“Concordo. Proponho que a presente informação seja enviada para a reunião de Câmara para deliberação”.

Por despacho de 11/04/2018 o **Vereador Adriano Sousa** remeteu o assunto à reunião do Executivo Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Aprovar, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a prorrogação do prazo de vigência da Suspensão dos Planos de Pormenor do Centro Histórico, da Antiga Zona Industrial, do Parque de Tourinhas e da Vila Velha, e respetivas Medidas Preventivas, pelo prazo de um ano a contar da data da publicação em Diário da República, de acordo com o artigo 141º do Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de



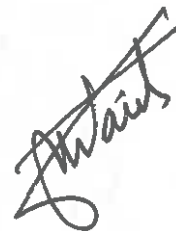
maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), conjugado com a alínea r) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 16 de abril de 2018.-----

O DIRETOR

(Dr. Eduardo Luís Varela Rodrigues)



Exmo.(a) Sr.(a)  
Presidente do  
Município de Vila Real  
Avenida Carvalho Araújo  
5000-657 Vila Real

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

OF\_DSOT\_LR\_5773/2018  
DSOT-IGT\_20/2018

Assunto/Subject

Prorrogação do prazo de vigência da Suspensão dos Planos de Pormenor do Centro Histórico, da Antiga Zona Industrial, do Parque de Tourinhas e da Vila Velha, e respectivas Medidas Preventivas

Em resposta ao pedido de parecer identificado em epígrafe, foi emitida a seguinte informação:

Solicita-nos a Câmara Municipal de Vila Real, parecer sobre proposta de prorrogação da suspensão dos Planos de Pormenor do Centro Histórico, da Antiga Zona Industrial, do Parque de Tourinhas e da Vila Velha e consequente prorrogação do estabelecimento de medidas preventivas na área da suspensão.

O procedimento em causa enquadra-se nos Artigos 126.º e seguintes do RJIGT e Artigo 134.º e seguintes e é emitido nos termos previstos nos n.ºs 1 e n.º 2 do artigo 138.º. Resumidamente, pretende o município de Vila Real proceder à prorrogação da suspensão e medidas preventivas dos referidos Planos de Pormenor por um período de mais um ano.

Isto porque, como é referido pelo Município "Decorridos praticamente dois anos após o início do procedimento de elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Vila Real e dada a complexidade do tecido urbano da Cidade, a inovação e o detalhe que é necessário imprimir a este tipo de instrumento do território, acrescentando ainda a premente compatibilização deste Plano com diversos estudos também a decorrer, nomeadamente o Estudo de Tráfego e de Estacionamento, O PUCVR demorou mais tempo que o previsto, tornando assim necessária a prorrogação da suspensão dos planos de pormenor acima identificados."

Em face do exposto, e uma vez que se mantêm todos os pressupostos e o enquadramento do solicitado, é proferido parecer favorável à prorrogação da suspensão - e a manutenção das medidas preventivas nos mesmos termos por igual período - por mais um ano a contar da data da publicação em *Diário da República*.

Relativamente ao procedimento de elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Vila Real, importa referir que deve a Câmara Municipal garantir, caso seja necessária, a prorrogação do prazo para a elaboração do mesmo.



nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, previamente ou simultaneamente à aprovação da suspensão do plano.

Com os meus melhores cumprimentos,



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

RUA RAINHA D. ESTEFÂNIA, 251 - 4150-334 PORTO - WWW.CCIDE-UEP  
TEL.: 226 086 300 - FAX: 226 061 480 - E-MAIL: GERAL@CCIDE-UEP